

**ATA Nº 06/2019**  
**COMITÊ DE INVESTIMENTOS**

No dia 19 de junho de 2019, às 10h00min foi realizada na sede do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Biguaçu – PREVBIGUAÇU, localizado na Rua Pref. Leopoldo Freiberg, 200, foi realizada a primeira reunião do Comitê de Investimento em 2019, que contou com a presença do Sr. Jair Rubens da Silva, Diretor Executivo do Instituto, do Sr. Nagib Abrahão Salum Netto, Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto, da Sra. Cláudia Vanderléia Soethe, e Sr. Adriano Medeiros Ferreira, membros do Comitê de Investimentos e o Sr Peri da Fahn Assessoria Financeira. O Sr. Peri iniciou à reunião informando da resposta a solicitação encaminhada pelo Diretor Administrativo e Financeiro que se encontra no primeiro anexo.

Ato contínuo iniciamos com a pauta do dia o Banco Santos, Unicred e os investimentos em IRFM e IMA-B. A notícia vinculada no dia 10 de junho de 2019 no jornal VALOR “de que a liquidação do Banco Santos chega ao fim” deixou uma dúvida para nós.: O que devemos fazer? E fomos aconselhados a pedir os extratos de toda a movimentação, de entrada e saída dos recursos para tomada de decisão. Sobre a Unicred avaliamos seus Fundos e chegamos a conclusão que eles são semelhantes ao que já obtemos e estávamos interessados nas sobras distribuídas aos associados e ainda foi lembrado da nova resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 4695 de 27/11/2018 dos Bancos Autorizados e a Unicred não está na lista. E sobre investimentos de títulos públicos decidimos resgatar o que temos em IRF-M e aplicar em IMA-B, com isso tentamos bater ou chegar mais próximo da meta. E quanto aos fundos de renda variável vamos resgatar o valor que temos em multimercado e aplicar em fundos com gestão Duration.

Aproveitamos ainda para no segundo anexo dar opinião do mercado interno e externo da nossa assessoria.

## PRIMEIRO ANEXO

São Bento do Sul, 04 de junho de 2019.

Senhores,

Referente a Ata 05/2019 – Comitê de Investimentos do PREVBigua e das sugestões ora mencionada, nos colocamos:

“- Foi sugerido comprar Título Público direto (NTN-B) , onde vamos pagar um custodiante, ao invés de pagar a taxa de administração, podendo assim pagar menos taxa aos Bancos.”

Este tipo de operação é comum entre os regimes próprios de médio e grande porte, exemplo do PREVIMPA (Porto Alegre) e o IPREVILLE (Joinville). Através de uma “custodia qualificada” o RPPS guarda seus títulos e a Corretora disponibiliza diariamente o que é chamado de “marcação a mercado”. No entanto, é uma operação mais ativa, mais complexa, já que os “calls” são passados pela área de Gestão da Corretora e o RPPS acata, se compra ou vende o TP.

As Notas do Tesouro Nacional, série B – NTN-B rentabilizam os investidores da seguinte forma:

A NTN-B é um título de rentabilidade híbrida, ou seja, ele tem uma parte fixa e a outra utiliza o IPCA (valor da inflação oficial do governo), que por sua vez, é um indexador da economia. Desta forma, o investidor recebe a variação da inflação mais uma taxa, que são acordadas no momento da compra, por exemplo, IPCA + 4,0%. Então, até a data do vencimento, o retorno será de 4,0% acima da inflação. Com essa forma de rendimento, a NTN-B gera ganhos reais.

Ao utilizar o exemplo acima, os juros reais são de 4,0%. Ou seja, o indexador não vai desvalorizar o dinheiro. Além disso, este papel gera cupons de rendimentos a cada seis meses. Assim, o RPPS receberá retornos dele durante o período de investimento. Este valor pode ser utilizado no reinvestimento na NTN-B ou em qualquer outro ativo.

Importante considerar que ao investir neste papel, o retorno do investimento terá uma única previsão de ganho. Isso acontece porque o IPCA sofre variações ao longo do tempo. Resumidamente, se a inflação cai, o rendimento da NTN-B também diminui. Com a taxa Selic no mais baixo nível histórico, esse investimento tem garantindo uma boa rentabilidade acima do CDI e da inflação.

Todavia, como devem ter notado, os títulos públicos estão tendo volatilidade acima da bolsa, ou seja, o risco é, neste momento, maior que aplicação na bolsa. Isto porque a economia não [www.FAHM.com.br](http://www.FAHM.com.br) reage e com isso o mercado começa a precificar uma eventual redução na taxa básica de juros, a SELIC.

“- Analisar nossos fundos Multimercado e fazer um comparativo com o índice CDI.”  
O PREVBigua aplica seus recursos em dois fundos de investimento com a modalidade de Multimercado, sendo o CAIXA JUROS E MOEDAS FI MULTIMERCADO LP e o BB FI MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO LP.

Os fundos multimercados representam 7% do patrimônio líquido da carteira de ativos do PREVBigua, ou seja, R\$ 8.219.643,55 (base 30/04/2019).

Com relação ao CAIXA JUROS E MOEDAS FI MULTIMERCADO LP, consta em sua política de investimento que o Fundo aplica seus recursos em carteira diversificada de ativos financeiros no mercado de taxas de juros prefixadas e pós-fixadas, no mercado de câmbio e de indexadores de preços. Pode investir em ativos negociados no exterior. Tendo o CDI como seu índice de referência.

Atualmente, a carteira de ativos está distribuída da seguinte forma:

30,40% em operações compromissadas – NTN-F com vencimento em 2025;

21,00% em LFT com vencimento em 2021;

11,00% em NTN-B com vencimento em 2023;

14,00% em LFT com vencimento em 2022;

O saldo (23,60%) está aplicado em DPGE's, que são os Depósitos a Prazo com Garantias Especiais, ou seja, títulos de baixíssimos riscos, já que estão garantidos pelo Fundo Garantidor de Crédito em até R\$20 milhões para pessoa física ou pessoa jurídica. Nenhum dos ativos investidos tem mais que R\$ 16 milhões de aporte.

Em termos comparativos de rentabilidade o Fundo está abaixo do CDI, nos últimos 36 meses, portanto, abaixo da meta estabelecida pelo Gestor, o que pode ser justificado pela taxa de administração, que é de 0,70% ao ano, já que a carteira de investimento conta com títulos públicos de baixíssimos riscos: [www.FAHM.com.br](http://www.FAHM.com.br)

O BB FI MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO LP aplica seus recursos em diversas classes de ativos, podendo, inclusive, aplicar em renda variável, conforme prevê sua Política de Investimento. A meta de rentabilidade, também, é o CDI.

O Fundo, atualmente, aplica seus recursos, majoritariamente, em títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional, como LFT (55% do PL) com vencimento em 2021 e 2023. Operações compromissadas – LTN (12% do PL) com vencimento em 2020 e vários outros ativos considerados de risco baixo, como as DPGE's de emissão do Banco Safra e Pactual.

Em termos de rentabilidade, o Fundo auferiu oscilação superior ao CDI nos períodos analisados, estando, portanto, em linha com o prometido em Regulamento, conforme mostra a figura abaixo:

Ambos os fundos estão enquadrados no Art. 8º, III, da resolução nº 3922. Os fundos têm liquidez imediata, podendo, a qualquer momento, serem resgatados.

Ao contrário dos fundos de investimento que aplicam seus recursos em uma classe específica, um fundo multimercado tem liberdade para operar diferentes ativos, entre papéis de renda fixa, ações de empresas, moedas (como dólar), derivativos e investimentos no exterior. Neste tipo de fundo, o Gestor busca aproveitar ao máximo as oportunidades que o mercado financeiro disponibiliza em determinado momento da economia, buscando assim, maiores rentabilidades para os cotistas.

No entanto, mesmo que sejam mitigados os riscos, os fundos multimercados têm risco superior aos fundos comuns, como os de renda fixa que já conhecemos, e sendo assim, como o objetivo destes fundos é buscar o CDI, seria mais interessante, neste momento, buscar fundos multimercados que realmente desempenhassem esta função, a da diversificação da carteira.

“- Foi sugerido o resgate de nossos Fundos com Índice PreFixado.”  
[www.FAHM.com.br](http://www.FAHM.com.br)

Através dos últimos vinte e oito Relatórios Focus, divulgados semanalmente pelo Banco Central, sabemos que a média dos economistas que militam no mercado financeiro estima que a taxa Selic esteja em 6,50% ao ano, o mesmo patamar de hoje, no final de 2019. Mesmo assim, as taxas praticadas no mercado de títulos públicos prefixados e indexados ao IPCA, não pararam de cair desde um pouco antes das últimas eleições presidenciais, embaladas, sobretudo pelas expectativas de reformas econômicas que conduzam o país ao sonhado equilíbrio fiscal.

Como empresa de consultoria voltada para os RPPS, por um lado, sempre fizemos as nossas sugestões aos clientes baseados exclusivamente em indicadores macroeconômicos e as expectativas deles decorrentes. Por outro lado, também sempre levamos em conta que o processo decisório de investimento e desinvestimento em quase a totalidade dos RPPS tem ritmo próprio e diferente do dos mercados, representando um importante fator de risco adicional em conjunturas como a atual. Na medida em que as expectativas favoráveis ao avanço da reforma da Previdência têm produzido importantes ganhos na precificação dos títulos públicos citados, entraves a esse andamento já tiveram e podem novamente ter efeitos totalmente contrários. No campo das apostas tudo é possível e são muito significativos os custos de oportunidade envolvidos.

Assim, alternativamente, desde novembro do ano passado elevamos de 10% para 25% a nossa sugestão de investimento em fundos de investimento em títulos públicos, ativos na administração do duration. Os grandes bancos disponibilizam o produto, sendo que a rentabilidade de alguns se aproxima bastante da do IMA-B. Além disso seus gestores estão aptos a responderem muito mais rapidamente às mudanças de expectativas que vão se forjando no dia a dia dos mercados, principalmente no atual momento em que as reformas estão envolvidas.

Portanto, em relação às aplicações dos RPPS, como dissemos, aconselhamos o investimento de 25% dos recursos em fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, produto a ser acompanhado com a devida atenção por conta das posições assumidas pelo gestor.

Para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) recomendamos uma exposição de 30% e para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1.

Diante do exposto, também sugerimos a redução na participação dos fundos prefixados em, mais ou menos, 8% do patrimônio líquido do PREVBigua, ou R\$ 15 milhões. Manter R\$ 17 [www.FAHM.com.br](http://www.FAHM.com.br)

milhões. Os recursos poderão ser aplicados em fundos cuja meta de rentabilidade estejam atreladas ao IMA-B5, IDkA2 ou até mesmo em fundos com gestão Duration.

Participação atual em fundos prefixados e CDI

Por fim, estamos à disposição para esclarecer eventuais dúvidas.

Obrigado,

Pery de Oliveira Neto

Conclusão: Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada por mim, Adriano Medeiros Ferreira e pelos demais membros do Comitê de Investimentos presentes.

---

**Jair Rubens da Silva**  
Diretor Executivo da  
Prevbiguaçu

---

**Nagib Abrahão Salum Netto**  
Diretor Administrativo e  
Financeiro da Prevbiguaçu

---

**Cláudia Vanderleia Soethe**  
Membro do Comitê de  
Investimentos

---

**Adriano Medeiros Ferreira**  
Membro do Comitê de  
Investimentos